

# Como os fracos vencem guerras: uma teoria enganosa

Marcelo Oliveira Lopes Serrano\*

*A elaboração da doutrina militar requer bases sólidas. Nesse sentido, ela pode ser bem exemplificada pela fábula do lobo que, com seu sopro, derrubou as casas sumariamente construídas de palha e paus pelos dois primeiros porquinhos, mas não a feita de tijolos pelo diligente e prático terceiro deles. (SERRANO, 2019)*

## Introdução

Quem possui o encargo de estudar as questões estratégicas e de elaborar a doutrina de emprego do Exército em seu mais elevado nível depende fundamentalmente da bagagem cultural adquirida. Uma pessoa desprovida de tal bagagem ou que a tenha em pequena escala ou restrita a uns poucos assuntos não está bem apetrechada para transitar pelos caminhos estratégicos, tanto teóricos quanto práticos. Ademais, esse cabedal necessita de constante reforço com a aquisição de novos conhecimentos úteis ao bom desempenho desse pesado encargo, incluindo os que não tenham relação direta com os fins visados, já que estes têm a função coadjuvante de complementar, emoldurar e condimentar aqueles imprescindíveis e diretamente vinculados aos fins.

Quem pensa as questões estratégicas e concebe a doutrina militar nesse nível necessita acompanhar e compreender as ideias, as teorias e os fenômenos novos, a fim de atualizar-se com o que se passa no mundo e manter-se atento ao rumo de suas evoluções, mas precisa também de uma indispensável base sólida de conhecimentos referenciais, históricos sobretudo, e de princípios extraídos de teorias consagradas, que sirva de raiz ou âncora que o impeça de ser levado e desen-

caminhado pelo sopro de meras novidades ou de teses falaciosas ou descabidas. Nesse sentido, é fundamental que saiba diferenciar o joio do trigo, as ideias lógicas e bem fundamentadas, ainda que contrárias entre si – importantes para firmar as convicções –, das falsas e infundadas, pois estas nunca deixam de circular, frutos de pretensos sábios ou de um academicismo inconsequente, desligado das condições da realidade – a estrela-guia do pensamento militar.

Este artigo busca contribuir para a identificação de pelo menos um desses joios – a teoria da interação estratégica e sua suposta capacidade de indicar o resultado das guerras assimétricas – e, mediante seus argumentos, inspirar os leitores em geral e em particular aqueles anteriormente referidos à prática necessária da leitura crítica, indispensável para o exercício daquela diferenciação.

Em *Como os fracos vencem guerras: uma teoria do conflito assimétrico*<sup>1</sup>, Ivan Arreguín-Toft desenvolveu a mencionada teoria para explicar a tendência crescente, a partir do início do século XIX e acentuada sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, de os beligerantes fracos vencerem os fortes nas chamadas guerras assimétricas. Ele afirma que “o melhor predictor do resultado dos conflitos assimétricos é a interação estratégica” (2021, p. 36). Segundo seu pensamento, a interação das estratégias utilizadas pelos atores durante um conflito supera outras teses como modelo explicativo dos resultados desses conflitos.

Apesar de ter como autor um membro do *International Security Program*, da John F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard, e do respaldo da igualmente renomada Universidade de Cambridge, cuja editora a publicou em 2005, essa teoria

\* Cel Cav Rfm (AMAN/1977, EsAO/1986, ECEME/1993). Última função na ativa: subcomandante da ECEME.

não está livre de críticas, muito pelo contrário, por isso convém analisá-la para averiguar a consistência lógica e a veracidade histórica de seus argumentos. Para tanto, será seguido o seguinte roteiro: apresentação da teoria, resumo dos exemplos apresentados para justificá-la, apreciação das falhas identificadas e, por fim, uma conclusão.

## Apresentação da teoria

Arreguín-Toft aponta problemas nas teses explicativas das guerras assimétricas elaboradas por outros pesquisadores, baseadas em aspectos como assimetria de interesses dos beligerantes, natureza dos atores, difusão de armas aos mais fracos e a aversão social democrática a baixas, e indica que a premissa básica de sua teoria consiste em toda a diversidade de estratégias à disposição dos beligerantes resumir-se a dois tipos de abordagem estratégica: a direta e a indireta. Saliente-se que, no que concerne à teoria, estratégia refere-se à conotação dada por Liddell Hart – o nível de sua aplicação no teatro de operações –, estando fora de seu escopo, portanto, os níveis estratégicos superiores, tanto a grande estratégia deste mesmo autor quanto a estratégia total do general Beaufre, ambas vinculadas à aplicação do poder nacional como um todo, bem como as estratégias gerais, que, também segundo Beaufre, vinculam-se às várias expressões do poder<sup>2</sup>.

De acordo com Arreguín-Toft,

a sabedoria convencional concernente ao resultado dos conflitos é em geral derivada de comparações das forças armadas aprestadas, da capacidade econômica e da população de cada um dos atores no início das hostilidades. Normalmente, espera-se que o beligerante possuidor do maior montante desses recursos vença, e vença proporcionalmente a sua vantagem em termos de poder. (2021, p. 44)

Considerando problemática o que chama de sabedoria convencional, pois muitos resultados seriam

inexplicáveis com base exclusivamente nela, ele apresenta os termos gerais de sua teoria:

Em acréscimo ao conhecimento dos recursos disponíveis de cada ator, a explicação do resultado requer a avaliação das consequências da *interação* da estratégia de cada um deles. Eu pressuponho que as estratégias de cada ator podem se inserir em duas abordagens principais – direta e indireta – e que o resultado dos conflitos assimétricos depende do tipo básico de interação obtido. Se atores fortes e fracos empregarem estratégias que representem a mesma abordagem estratégica – direta contra direta ou indireta contra indireta – os atores fortes devem vencer, conforme a sabedoria convencional indica. Todavia, se atores fortes e fracos recorrerem a estratégias que representem abordagens opostas – direta contra indireta ou indireta contra direta –, os atores fracos têm probabilidade muito maior de vencer, ao contrário do sugerido pela sabedoria convencional. Essa é a teoria da interação estratégica. (2021, p. 44)

Nela, as modalidades estratégicas são tipificadas como estratégias ofensivas, relacionadas ao ator forte (ataque convencional ou barbarismo), e estratégias defensivas, relativas ao fraco (defesa convencional ou guerra de guerrilhas), as quais são assim definidas:

– Ataque convencional: emprego de forças armadas para capturar ou destruir as forças militares do adversário e, dessa forma, obter controle sobre bens valiosos do oponente (população, território, cidades ou centros industriais e de comunicações vitais), sem destruí-los. O objetivo é vencer a guerra em um engajamento decisivo ou em uma série de engajamentos desse tipo, mediante a destruição da capacidade física do adversário de resistir (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 52 e 68).

– Barbarismo: ataques sistemáticos a não combatentes (*e.g.*, estupros, assassinatos, torturas), emprego indiscriminado de armas ou aceitação de danos colaterais em uma campanha de bombardeio aéreo após a avaliação de danos ter lançado dúvidas quanto à necessidade da campanha em geral (Ibidem, p. 53 e 68).

– Defesa convencional: uso de forças armadas para impedir a tentativa adversária de capturar ou destruir

valores, como território, população e recursos estratégicos. À semelhança das estratégias de ataque convencional, elas visam as forças armadas do oponente (Ibidem, p. 54).

– Guerra de guerrilha: organização de parte da sociedade com o propósito de impor custos a um adversário que emprega forças armadas adestradas para o confronto direto, mas sem se arriscar a travar batalhas acirradas (Ibidem, p. 55 e 68).

O ataque e a defesa convencionais inserem-se na estratégia direta, e a guerra de guerrilhas e o barbarismo, na indireta. Outras modalidades indiretas são ainda consideradas, como a conciliação promovida pelo ator forte e o terrorismo ou a resistência não violenta pelo fraco (Ibidem, p. 52).

Arreguín-Toft elaborou quatro hipóteses, uma para cada interação estratégica possível (direta-direta, indireta-indireta, indireta-direta e direta-indireta), apontando em todas elas qual ator deve vencer, com a importante ressalva de *todos* (grifo meu) os demais fatores permanecerem iguais. Substituindo essas quatro hipóteses, ele apresentou uma quinta, de caráter geral, que as sintetiza excluindo aquela ressalva: *Atores fortes têm mais probabilidade de vencer nas interações de estratégias de mesmo tipo e de perder nas de tipo oposto* (Ibidem, p. 66).

## Exemplos apresentados para justificar a teoria

A teoria apoia-se no estudo de cinco casos históricos. Após a apresentação geral de cada guerra tomada como exemplo, o autor a analisa segundo os três aspectos por ele considerados explicações concorrentes – baseadas nos interesses dos atores, nos tipos de regime e na difusão de armas – e os compara com a interação estratégica:

– A Guerra Murid (1830-1859), na qual a Rússia conquistou a região do Cáucaso.

– A Guerra dos Bôeres (1899-1902), anexação das repúblicas africanas pela Grã-Bretanha.

– A Guerra Ítalo-Etíope (1935-1940), conquista e tentativa de colonização da Etiópia pela Itália.

– A Guerra do Vietnã (1965-1973), envolvimento dos EUA na luta entre o Vietnã do Norte e facções marxistas rebeldes do Vietnã do Sul contra o governo deste, aliado aos Estados Unidos.

– A Guerra Civil no Afeganistão (1979-1989), tentativa soviética de impor um governo marxista, alinhado com a URSS, no Afeganistão.

Todas essas guerras apresentaram várias interações estratégicas, conforme a tabela abaixo (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 279).

Fase	Estratégia (atores)		Interação estratégica	Vencedor
	Forte	Fraco		
<b>Guerra Murid</b>				
1	Barbarismo	Guerrilha	Mesma abordagem	Rússia
2	Ataque convencional	Guerrilha	Abordagem oposta	Murids
3	Conciliação	Guerrilha	Mesma abordagem	Rússia
<b>Guerra dos Bôeres</b>				
1	Ataque convencional	Defesa convencional	Mesma Abordagem	Inglaterra
2	Ataque convencional	Guerrilha	Abordagem oposta	Bôeres
3	Barbarismo	Guerrilha	Mesma abordagem	Inglaterra
<b>Guerra Ítalo-Etíope</b>				
1	Ataque convencional	Defesa convencional	Mesma abordagem	<i>Etiópia</i>
2	Ataque convencional/ barbarismo	Defesa convencional	Mesma abordagem	Itália
3	Barbarismo	Guerrilha	Mesma abordagem	Itália
4	Ataque convencional	Guerrilha	Abordagem oposta	Etiópia
5	Conciliação	Guerrilha	Mesma abordagem	Itália <sup>i</sup>
<b>Guerra do Vietnam</b>				
1	Barbarismo	Defesa convencional	Abordagem oposta	Vietnam do Norte
2	Ataque convencional	Defesa convencional	Mesma abordagem	EUA
3	Ataque convencional	Guerrilha	Abordagem oposta	Vietcong
4	Barbarismo	Guerrilha	Mesma abordagem	EUA <sup>ii</sup>
<b>Guerra Civil no Afeganistão</b>				
1	Ataque convencional	Guerrilha	Abordagem oposta	Mujahedins
2	Barbarismo	Guerrilha	Mesma abordagem	<i>Mujahedins</i>

Obs: os resultados em itálico não se explicam totalmente pela interação estratégica.

## Falhas da teoria<sup>5</sup>

### Foco exclusivo nos fatores materiais

Arreguín-Toft inicia seus argumentos com a transcrição dos versículos bíblicos que narram a luta entre Davi e Golias, à qual se segue a pergunta: “Por que o forte perde para o fraco?”

Evitada por ele, a resposta fácil e direta a essa pergunta é a seguinte: porque o fraco, assim como Davi, pode ser mais hábil, mais resoluto e mais inteligente que o fisicamente forte. E Napoleão já afirmava que a “inteligência supera a força, e esta sem inteligência nada vale” (BERTAULT, 1916, p. 21). Com a premissa hipotética de os fatores não materiais manterem-se igualmente repartidos entre os dois contendores, a teoria procura escamotear o efeito deles. Essa, entretanto, é uma falha fundamental em que ela incorre, pois tais fatores impalpáveis nunca se equivalem na prática; há sempre diferenças de liderança, de coesão, de adestramento e eficiência, de motivação e de moral das forças.

O poder material é isolado teoricamente, mas este nem sempre é o aspecto que mais contribui para a força de um beligerante. Se assim fosse, dificilmente se explicariam as vitórias gregas diante das forças persas esmagadoramente superiores, ou as da Prússia, o mais fraco dos reinos europeus envolvidos na Guerra dos Sete Anos, ou ainda as de Israel nas guerras de 1948, dos Seis Dias e do Yom Kippur. O exército francês era provavelmente mais forte em termos materiais que o alemão em 1940; o que o derrotou foi a superioridade operacional e tática do exército germânico e a determinação de suas tropas.

Apesar de reconhecer que o poder material não é “o único aspecto explicativo da vitória ou da derrota nas batalhas, campanhas ou na guerra” (2021, p. 17), Arreguín-Toft baseia-se nele e justifica isso em razão de ser um fator que, além de útil, é “quantificável e comparável *no mundo da teoria* (grifo meu), o que sorte e liderança, por exemplo, não são” (2021, p. 17).

Ainda de acordo com Napoleão, mestre indiscutível da arte da guerra e observador perspicaz da condição humana, “as forças morais respondem por três quar-

tos do resultado final, e as forças numéricas e materiais por um quarto apenas” (ROYAL, p. 85), e Clausewitz, por sua vez, o mais renomado teórico da guerra, atesta no mesmo sentido que

os elementos morais estão entre os mais importantes na guerra. Eles constituem o espírito que a permeia como um todo e, desde o início, estabelecem cerrado vínculo com a vontade, que move e lidera toda a massa da força, praticamente mesclando-se com ela, pois a vontade é, em si mesma, uma grandeza moral. Infelizmente, eles não se submetem à sabedoria acadêmica, pois não podem ser classificados ou medidos; precisam ser vistos ou sentidos. (1984, p. 184)

Apesar de toda a importância dos fatores imateriais, a insubmissão deles às tentativas de classificação e mensuração não inibe, contudo, alguns acadêmicos, que insistem no desenvolvimento de teorias baseadas no poder material, de possível aferição, indiferentes ao fato de elas não expressarem verdadeiramente o efeito de todos os fatores que influenciam a guerra *no mundo da prática*.

Em vista disso, salvo eventuais interferências das forças da natureza, como no caso do “vento divino” (*kamikaze*) que salvou o Japão ao destruir a frota invasora de Kublai Khan no século XIII, ou o da tempestade que livrou a Inglaterra das garras de Filipe II ao dispersar a “invencível armada” espanhola em 1588, é contraditório caracterizar como fraco o ator que venceu, a despeito de sua inferioridade numérica ou de poder material. Os fatores subjetivos da força são os que preponderam em tais vitórias.

### Indefinição da ideia de guerra assimétrica

Quando se fala de guerra convencional e irregular, ou de guerrilha, todos compreendem de imediato do que se trata, mas, ao se falar de guerra assimétrica, assim como de outras noções correlatas (conflito de baixa intensidade, operações militares de não guerra, guerra híbrida, de quarta geração etc.), não se tem a mesma clareza de entendimento. A teoria não define claramente o termo. Ela não vai além de considerar a assimetria tão somente como uma luta entre o forte e

o fraco, sem estabelecer um critério indiscutível para caracterizar a relação entre um e outro; ora alude à proporção de 10:1, ora à de 5:1 e chega mesmo a considerar que, literalmente, a desproporção de 1,1:1 já caracterizaria a assimetria (2021, p. 18, 19). Ademais, conforme os exemplos apresentados em suporte a ela, percebe-se também que é atribuída à guerra assimétrica uma conotação ampla, abrangendo tanto guerras convencionais quanto irregulares.

A teoria, por exemplo, considera assimétrica a Guerra Russo-Japonesa de 1905,<sup>6</sup> com a Rússia sendo o ator forte (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 284). Contudo, nesse confronto de grande envergadura, o Japão contou, além do apoio técnico da Grã-Bretanha, com uma marinha moderna, armada com encouraçados, também modernos, de construção britânica, que se revelou muito mais eficaz que a russa,<sup>7</sup> e com um exército equiparável ao russo em efetivo e armamentos. Na última grande batalha terrestre da guerra, a de Mukden (de 20 de fevereiro a 10 de março de 1905), uma das maiores ocorridas antes da Primeira Guerra Mundial, o vitorioso exército japonês empenhou 270.250 homens, 992 peças de artilharia e 200 metralhadoras contra uma força russa com 340.000 homens, 1.219 peças de artilharia e 88 metralhadoras.<sup>8</sup> Além desse e de outros exemplos (incluindo a luta de box entre Mohamed Ali e George Foreman no Zaire<sup>9</sup>), a *blitzkrieg* alemã na União Soviética em 1941 é também vista como assimétrica (2021, p. 39). Por meio desses exemplos, nota-se que Arreguín-Toft flexibiliza demais a noção de guerra assimétrica, pois indica a possibilidade de qualquer guerra se encaixar nela, mesmo a Segunda Guerra Mundial, pois, sendo bem mais forte, a Alemanha invadiu sucessivamente a Polônia, a Noruega, a Holanda, a Bélgica, a Grécia, todas muitas mais fracas, e, antes da mencionada invasão da União Soviética e da entrada dos EUA na guerra, a Grã-Bretanha, sozinha contra a Alemanha, podia ser considerada bem mais fraca que esta, a senhora absoluta da Europa. Na verdade, não há como escapar da assimetria nas guerras, pois sempre há um beligerante que pode ser considerado mais forte que seu inimigo.

Segundo o dicionário Merriam-Webster, guerra assimétrica é aquela travada por “forças oponentes que

se diferenciam grandemente em poder militar e que envolve tipicamente o uso de armas e táticas não convencionais (como as associadas às guerrilhas e aos ataques terroristas)”. E, em 1999, a *Joint Strategy Review* divulgou o entendimento oficial dos Estados Unidos acerca da assimetria:

Abordagens assimétricas são tentativas de evitar e de solapar as forças dos EUA, ao mesmo tempo em que exploram suas fragilidades por meio de métodos que diferem significativamente dos métodos operacionais usualmente empregados pelos Estados Unidos. Elas buscam geralmente um grande impacto psicológico, tal como choque ou confusão que afete a iniciativa, a liberdade de ação ou a vontade do oponente. Métodos assimétricos requerem a apreciação das vulnerabilidades do adversário. Abordagens assimétricas empregam frequentemente táticas, armas e tecnologias inovadoras e não tradicionais, capazes de serem aplicadas em todos os níveis de condução da guerra – estratégico, operacional e tático –, bem como por todo o espectro das operações militares. (METZ e JOHNSON, 2001)

Convém, no entanto, destacar a conclusão a respeito do tema divulgada pela AUSA (*Association of the United States Army*) alguns anos depois, em outubro de 2006:

Guerra assimétrica é um termo que ganhou notoriedade em documentos do governo e no meio acadêmico dos EUA no final dos anos 1990, mas que perdeu expressão em 2003 e que está praticamente em desuso atualmente. Em seu período áureo, ele significava tudo, desde os ataques terroristas de 11 de setembro a bombas na beira de estradas, de vírus de supercomputadores à proliferação nuclear. Na verdade, por expressar tantas coisas diferentes, o termo se tornou um conceito ambíguo e inútil. Compreender a noção de guerra assimétrica sempre foi desafiador. [...] Dada a definição estrita de simetria, se qualquer guerra fosse balanceada em perfeita simetria, o impasse seria então a norma, e a vitória dependeria apenas da sorte. [...] Quando um termo abrange tantos significados na mente de tantas pessoas, ele perde facilmente sua utilidade. Muitos acadêmicos tentaram defini-lo, estabelecendo sua significação. O Instituto de Estudos Estratégicos do Exército dos EUA criou uma comissão que se esforçou durante três anos para dissecá-lo, assim como suas implicações. Todavia, em virtude da falta de entendimento concreto, o termo tornou-se ineficaz. (BUFFALOE, 2006)

A noção de guerra assimétrica é produto, na verdade, do que já se chamou de “indústria de conceitos” (GRAY, 2010) e, do ponto de vista filosófico, da inobservância da lei da unificação, preceito da razão humana segundo o qual, de acordo com Kant, os princípios não devem ser multiplicados sem necessidade (KANT, 2021, p. 496).

Em vista disso, há de se admitir que uma teoria extraída de uma ideia tão vaga não pode ser mais consistente do que essa mesma ideia.

## Arbitrariedade das classificações direta e indireta

Em primeiro lugar, não está absolutamente fora de questão o fato de a guerra de guerrilhas consistir numa estratégia. Ela é, sem dúvida, uma forma de guerra, à semelhança da guerra convencional, e, assim como esta, pode ser conduzida de acordo com várias estratégias diferentes, relacionadas a locais de atuação, a objetivos perseguidos, a *modus operandi* etc. Estratégia pressupõe a escolha de uma entre outras opções possíveis, ou seja, que possibilitem atingir os objetivos colimados. Segundo o próprio Arreguín-Toft explicita, “Mao [Tse Tung], por exemplo, afirmava que ‘a derrota era o inevitável resultado sempre que forças nativas lutassem com armas inferiores contra forças modernizadas no estado da arte’” (2021, p. 56-57). Contudo, para forças dessa natureza, a luta convencional não é uma opção cabível, uma verdadeira estratégia portanto, pois a única forma de guerra que elas podem empreender inteligentemente com possibilidade de êxito é a irregular.

Com base no pensamento de Liddell Hart, a teoria considera que a redução da estratégia a duas abordagens mutuamente excludentes está bem documentada na literatura dos estudos estratégicos (2021, p. 57, nota). Em seu livro *As Grandes Guerras da História*,<sup>10</sup> Liddell Hart, de fato, dividiu a estratégia em estratégias de ação direta e de ação indireta, ambas relacionadas, no entanto, às operações convencionais, de acordo com os

exemplos das guerras analisadas em seu livro. A ação indireta diferencia-se da direta pelo fato de propiciar o ataque aos pontos fracos do inimigo, de preferência de direções ou modos inesperados por ele, “com o objetivo de enfraquecer sua resistência antes de tentar dominá-la, e o efeito será mais bem alcançado afastando a outra parte da proteção de suas defesas” (HART, 1982, p. 20). Esse teórico britânico da estratégia afirma que a ideia de ação indireta liga-se “intimamente a todos os problemas de influência de uma mente sobre outra, o fator mais influente na história da humanidade (grifo meu)” (HART, 1982, p. 20), outra afirmação incisiva do valor preponderante dos fatores imateriais na guerra.

Se a teoria estratégica tradicional, referendada pelo próprio Arreguín-Toft, estabelece que o ataque convencional pode caracterizar-se como ação indireta, por que ele afasta tal possibilidade e credita a condição indireta apenas à guerrilha empreendida pelo defensor? Estaria, por acaso, inteiramente fora do alcance do ator forte a possibilidade de conduzir suas ações contra uma força guerrilheira de modo inesperado e surpreendente? Não há motivo plausível para essa exclusão, a não ser o fato de que admitir a condição indireta de uma ação ofensiva do ator forte modificaria o tipo de interação estratégica, invertendo o resultado previsto pela teoria.

É possível contra-argumentar que, por meio de uma ação convencional, é praticamente impossível surpreender e derrotar uma força de guerrilha. Convém, a esse respeito, voltar os olhos para a teoria das operações contrainsurrecionais. Após analisar a possibilidade tanto de os exércitos agirem convencionalmente contra as forças de guerrilha quanto de adotarem os métodos próprios a estas, David Galula,<sup>11</sup> veterano das guerras da Indochina e da Argélia e destacado teórico desse gênero de operações, concluiu:

Se a ação convencional não serve, se os métodos rebeldes não servem, a conclusão inescapável é que a contra-rebelião<sup>12</sup> deve aplicar um método próprio, que leve em consideração, não só a natureza e as características da guerra revolucionária, como também

as leis peculiares à contra-rebelião e os princípios dela derivados. (1966, p. 82)

A teoria da interação estratégica, no entanto, desconsidera as operações de contrainsurreição como modalidade estratégica à disposição dos atores fortes, pois a inclui entre os barbarismos, afirmando que estes “funcionam como estratégia de COIN<sup>13</sup> porque, ao atacar um ou ambos os elementos essenciais – o santuário e o apoio social – para a estratégia de guerrilha, eles destroem a capacidade de luta do adversário” (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 65-66). Em primeiro lugar, a destruição da capacidade de luta do adversário não é exclusividade do barbarismo. É objetivo de qualquer operação de guerra, o que desqualifica a justificativa dada. Em segundo, os barbarismos, de modo geral, se fazem inevitavelmente presentes em todas as guerras. Em vista disso, portanto, sua classificação como modalidade independente – o que, diga-se de passagem, também não é absolutamente algo livre de questionamentos<sup>14</sup> – deve vincular-se à prática exacerbada, sistemática e abrangente de destruições, violações e abusos cometidos contra a população não combatente. Nesse sentido, as operações de contrainsurreição, na lógica específica de seu modo de atuar, não precisam necessariamente recorrer a ações brutais e descomedidas em tal escala e, por conseguinte, distinguem-se do barbarismo como modalidade estratégica tanto quanto se distinguem do ataque convencional.

Como, porém, classificar as operações de contrainsurreição: diretas ou indiretas? Tal classificação é um ato arbitrário de quem o fizer, assim como é arbitrário caracterizar o ataque convencional como direto e a guerrilha como indireta. Esta, afinal de contas, na generalidade das definições apresentadas, também busca, tanto quanto o ataque convencional, destruir forças militares e bens valiosos do inimigo. Por que então a diferença, se a ação convencional também pode ser indireta, conforme visto? Por que não considerá-las, muito mais naturalmente, apenas como duas formas distintas de fazer a guerra? Essa arbitrariedade, pelo fato de poder inverter os resultados previstos pela teoria e, até

mesmo, pôr em dúvida a própria diferenciação entre o que é direto e o que é indireto, desqualifica a hipótese geral em que se baseia a teoria.

## Reduccionismo excessivo da diversidade das guerras

Abstraindo-se do que já foi exposto, pode parecer à primeira vista que os resultados das guerras apresentadas como exemplo por Arreguín-Toft confirmam sua teoria. Entretanto, uma apreciação mais cuidadosa revela que essa suposta confirmação decorre do esforço reducionista de enquadrar toda a miríade dos fatores influenciadores das guerras na camisa de força de uma teoria que os restringe a dois aspectos generalíssimos: “mesma abordagem ou abordagens opostas<sup>15</sup>” (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 69).

Tamanho reduccionismo contraria outro preceito da razão humana, que atua em sentido oposto ao da já citada lei da unificação: a lei da especificação. Esta estabelece que “a variedade dos entes não deve ser diminuída precipitadamente” (KANT, 2021, p. 498). Quem trabalha com a razão precisa, portanto, atentar a essas duas leis. A redução dos fatores que influenciam o resultado das guerras a esses dois únicos aspectos permitiu a Arreguín-Toft interpretar os fatos segundo sua teoria, mas ao custo de eliminar a complexa diversidade singular desses fatores em prol do afã acadêmico de tudo querer enquadrar em um sistema explicativo de aplicação geral. Em decorrência disso, a teoria parece confirmar-se, mas ela foi estruturada justamente de modo a se confirmar. O fato de serem todos mamíferos, unificação sem dúvida legítima, não é suficiente para explicar a imensa diversidade de morfologia, instintos, *habitats*, hábitos alimentares e interação com o meio ambiente das espécies dos leões, elefantes, ratos, baleias, morcegos e cangurus.

## Interações múltiplas, resultado único

A tese da interação estratégica possui ainda uma incongruência intrínseca ou uma indefinição básica. Ela

afirma que a interação das estratégias adotadas pelos atores (forte e fraco) explica o resultado dos conflitos assimétricos. Os conflitos, no entanto, têm apenas um resultado, e a teoria aceita, conforme já salientado, a ocorrência de várias interações diferentes, com diferentes vencedores, durante um mesmo conflito. Se a interação explica o resultado, por que, então, a primeira delas não é a que necessária e suficientemente o faz? Por que o resultado é produzido de fato só pela última? A teoria precisaria então definir essa peculiaridade, mas não o faz. A proposição simplista de a última das interações representar toda a guerra (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 69, nota) não é satisfatória. A comparação com batalhas e campanhas, também variadas em número e possivelmente em vencedores, não é pertinente, pois estas não têm a faculdade de determinar necessariamente o resultado dos conflitos – o objetivo precípua da teoria –, e a soma de seus efeitos é compreendida com facilidade, ao contrário de todas as interações, salvo a última, cujos efeitos ficam no ar.

A crítica seguinte relaciona-se com esta.

## **Critério inadequado para a relação forte e fraco**

Um conflito foi classificado como assimétrico se metade do produto das forças armadas e da população de um ator tiver igualado ou excedido o produto simples das forças armadas e da população de seu adversário na proporção de 5:1 ou mais. (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 68)

Além de não serem apresentados números que confirmem que a relação de forças correspondeu a essa proporção em todos os exemplos citados, o critério adotado nem sempre representa as reais condições de força e fraqueza no campo da luta, pois se baseia em um dado externo ao teatro de operações (população) e em outro que não se envolve necessariamente por completo na luta (forças armadas). É certo que um beligerante mais poderoso terá capacidade de, ao longo do conflito, apresentar poder correspondente a seu verdadeiro potencial no campo de batalha e merecer de

fato a caracterização de forte em termos materiais e de efetivos. Mas isso pode não acontecer nas fases iniciais de uma guerra e mesmo nas finais, caso o forte decida, por qualquer motivo, reduzir suas forças ou retirar-se paulatinamente dos combates. São incontáveis os exemplos desse tipo na história. Segundo esse critério, o Brasil seria indiscutivelmente o lado forte na guerra que o opôs ao Paraguai. Contudo, ele não foi de modo algum o mais forte no início do conflito, quando as tropas paraguaias numericamente superiores conquistaram com facilidade o sul do Mato Grosso, enfrentando apenas a pequena guarnição do Forte de Coimbra e o irrisório destacamento militar da Colônia de Dourados. A Grã-Bretanha não foi o partido forte na Batalha de Isandhlwana, ocorrida em 22 de janeiro de 1879, na qual 20.000 zulus massacraram a força britânica de 1.800 homens, saindo vitoriosos na primeira tentativa da Grã-Bretanha de invadir o território zulu. O próprio Arreguín-Toft apresenta exemplos desse tipo ao referir-se à Batalha de Adowa, travada em 1º de março de 1896 e que pôs fim à primeira tentativa italiana de conquistar a Etiópia,<sup>16</sup> e à fase final da Guerra Ítalo-Etiópe (1935-40), quando os italianos transferiram tropas e a prioridade da Etiópia para o norte da África, a fim de enfrentarem a ameaça maior dos ingleses em 1940. A despeito disso, a teoria não deixa de considerar a Itália como o lado forte em todos os seus conflitos contra a Etiópia. Esse caráter mutável da relação forte e fraco no campo de batalha ao longo de uma guerra mistura e confunde os termos da teoria em questão.

## **Outros aspectos críticos: distorções, estereótipos e exageros**

– Arreguín-Toft alega que o barbarismo soviético não foi decisivo no Afeganistão numa interação de mesma abordagem, “porque os mujahedins foram capazes de obter informações e de se abastecerem logisticamente por meio de potências estrangeiras, a partir de santuários no Paquistão e no Irã” (2021, p. 254). No entanto, segundo os exemplos apresentados, a conciliação e o barbarismo foram decisivos, em interações de mesma abordagem (contraguerrilhas), a favor dos russos na Guerra Murid e dos britânicos na Guerra dos

Bôeres, ocasião em que tanto chechenos quanto sul-africanos não contaram com apoios externos. A falta ou existência desses apoios à força de guerrilha parecem, portanto, explicações mais plausíveis para o fracasso ou o êxito desta do que a interação estratégica. Reforça essa ideia o fato de a Itália ter sido derrotada na Guerra Ítalo-Etíope graças à intervenção britânica junto às forças nativas. André Corvisier, por sua vez, atesta categoricamente: “Não há exemplo de guerrilhas que tenham triunfado sem ajuda externa” (1999, p. 351).

– O autor da teoria afirma que as interações de abordagens opostas tendem “a se prolongar no tempo, e o tempo favorece o fraco” (2021, p. 58). Sem considerar a estranheza de a abordagem oposta conciliação x defesa convencional prolongar a duração da luta, essa efetiva vantagem do fraco não é infalível, pois o tempo nem sempre o favorece, e vários casos históricos demonstram isso: a luta do ETA pela independência do país basco; as diversas guerrilhas sul-americanas, especialmente a guerra civil na Colômbia; a resistência palestina contra Israel; a quase centenária luta do Exército Republicano Irlandês contra o domínio britânico; o esforço identitário de diversas minorias oprimidas em Estados totalitários e vários outros. Afirmações indutivas dessa natureza, retiradas muitas vezes de alguns casos notórios, são insuficientes para lhes assegurar a condição de verdade geral.

– A colocação de aspas em vitória ao se referir à “vitória” dos italianos na Primeira Guerra Mundial (2021, p. 158) revela atitude depreciativa e desdenhosa em relação ao esforço italiano na Grande Guerra, reproduzindo de modo pouco científico um estereótipo acerca do valor militar das tropas italianas. Retirar conclusões gerais de desempenhos isolados ou da comparação com tropas de outros países nem sempre é apropriado, porque as condições das lutas e as motivações são sempre únicas, nunca iguais, e embora derrotas e insucessos decorram sempre de erros e deficiências, estes nem sempre indicam falta de valor militar. Na realidade, durante mais de três anos (1915-18), os italianos atacaram e fixaram em sua frente (um difícil terreno montanhoso) significativos contingentes de tropas

das potências centrais, que, de outro modo, teriam sido livremente empregados contra a Rússia ou na Frente Francesa. Além disso, eles tiveram influência decisiva na derrota final da Áustria-Hungria no último ano da guerra, quando a Rússia já abandonara a luta.

A mesma distorção depreciativa se reproduz no exemplo da Guerra Ítalo-Etíope com o argumento que se segue:

O motivo de a 3ª Brigada Eritreia não ter sido ‘empregada na ocupação do vale’, depois de ter liderado o avanço para sua captura, deveu-se ao fato de ser composta por negros, e a honra da ‘reconquista’ da área, assim que tornada segura pelos negros, estava reservada para os italianos brancos<sup>17</sup>. (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 161-62, nota)

Nesse caso, contudo, a 3ª Brigada Eritreia foi claramente empregada como força de cobertura, e é usual que essas forças, após terem se acercado do objetivo, sejam ultrapassadas pelo grosso da tropa, incumbido do esforço principal.

– Ao afirmar que o continuado recurso ao barbarismo pode tornar-se problemático e arruinar os soldados para as missões convencionais, o autor exemplifica com a seguinte citação: “A América Latina foi palco de poucas guerras interestatais porque os soldados de seus Estados especializaram-se em opressão doméstica (tortura, assassinato, violações e assim por diante)” (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 25, nota). Essa, todavia, é uma afirmação preconceituosa, generalizante e infundada para explicar o pequeno número de guerras na região, pois o que essa suposta característica generalizada de seus soldados teria a ver com os interesses políticos dos Estados, a verdadeira causa de os levar à guerra?

– “Em interações de abordagens opostas, os recursos do ator forte são evitados (os atores fracos buscam se esquivar da confrontação aberta com as forças militares dos fortes) ou direcionados a objetivos que não afetem necessariamente a capacidade do adversário fraco de continuar infligindo custos ao ator forte (*e.g.*, a captura de cidades e vilas)” (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 262). A captura e o controle de cidades, no entanto, afetam a capacidade de luta dos atores fracos quando estes baseiam seu poder no controle de ambientes ur-

banos, como o caso recente da guerra na Síria tem bem demonstrado.

– Ao afirmar que “a Alemanha fascista apresentou a mais eficaz liderança militar que o mundo jamais vira” (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 185), o autor da teoria comete um exagero nada científico, pois, para fazê-lo, ele precisaria ter comparado a eficácia dos comandantes alemães com a de todos os comandantes militares de todas as nações e de todas as épocas, o que não é factível e que ele evidentemente não fez. Essa afirmação parece fruto da tendência, de certo modo chauvinista, dos autores anglo-saxões de enaltecer exageradamente as qualidades (reais) do inimigo germânico, pois subentendendo enaltecimento ainda maior das qualidades de suas próprias forças armadas, já que o venceram.

## Conclusão

Ivan Arreguín-Toft parece ter feito os fatos se ajustarem a sua teoria em vez de uma teoria ajustada aos fatos.

As falhas aqui identificadas não resultaram de lucubrações obscuras, extraídas de uma obra de difícil interpretação. Elas transparecem naturalmente da leitura de um texto claro e objetivo. Por que, então, as pessoas ilustradas que tomaram conhecimento prévio de sua teoria, como aquelas às quais ele dirigiu seus agradecimentos e as que em Cambridge cancelaram seu livro publicando-o, não apontaram esses múltiplos defeitos, a fim de que ele os corrigisse ou reconhecesse

o engano de sua tese? Este artigo, por exemplo, precisará passar pelo crivo de uma avaliação antes de ser publicado pela revista à qual for encaminhado.

Arrisco-me a supor que talvez haja excessiva benevolência dos acadêmicos com os trabalhos uns dos outros, segundo a lógica do não julgar para não ser julgado, ou, então, acatamento irrestrito à liberdade de expressão, por considerarem que as ideias, a despeito de sua qualidade, não podem absolutamente ser reprimidas, o que, em minha opinião, não é próprio de uma instituição acadêmica, que deveria zelar pela consistência científica dos conhecimentos que difunde.

Ao contrário dos acadêmicos, porém, os militares aplicam na prática e sentem na pele os efeitos do que aqueles podem se dar ao luxo de tratar apenas no *mundo da teoria*. Portanto, em prol da própria segurança e do sólido preparo intelectual para o adequado desempenho de seus encargos doutrinários e, por consequência, do bom cumprimento de eventuais missões bélicas, os militares não podem aceitar de bom grado e sem a devida avaliação crítica quaisquer teorizações que se proponham, sobretudo as que acenem com soluções fáceis para problemas complexos e difíceis. E não devem aceitá-las nem por crédulo respeito à magnitude intelectual, suposta ou verdadeira, de quem quer que seja, nem muito menos pelo impulso vaidoso de um mero pseudointelectualismo, pois a infalibilidade, não sendo um atributo humano, não se aplica também aos autores delas. 

---

## Referências

ARREGUÍN-TOFT, I. **Como os fracos vencem guerras: uma teoria do conflito assimétrico**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2021.

BERTAULT, J. **Napoleon in his own words**. Chicago: A. C. McClurg & Co, 1916. Disponível em: <https://archive.org/details/napoleoninhisown00napo/page/n9/mode/2up>.

BUFFALOE, D.L. **Defining asymmetric warfare**. AUSA, 2006. Disponível em: <https://www.ausa.org/publications/defining-asymmetric-warfare>.

CLAUSEWITZ, C. **On war**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984.

CORVISIER, A. **A guerra: ensaios históricos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

GALULA, D. **Contra-rebelião: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.<sup>18</sup>

GRAY, C. War continuity in change, and change in continuity. **Parameters**, 2010, Disponível em: <https://press.armywar-college.edu/parameters/vol40/iss2/5/>.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Petrópolis: Editora Vozes, 7. impr., 2021.

LIDDEL HART, B.H. **As grandes guerras da história**. São Paulo: IBRASA, 1982.

METZ, S. e JOHNSON II, D. V. **Asymmetry and U.S. military strategy: definition, background, and strategic concepts**. Strategic Studies Institute, U S Army War College, 2001.

ROYAL, B. **L'Éthique du soldat français**, Paris: Economica, 3. ed., 2014.

SERRANO, M. O. L. As bases do pensamento doutrinário. **Doutrina Militar Terrestre em revista**, ed. 18, abril a junho de 2019.

## Notas

<sup>1</sup> Bibliex, 2021.

<sup>2</sup> Não confundir, portanto, com as estratégias da ação direta e da ação indireta, inspiradas no pensamento de Beaufre e codificadas no *MD35-01–Glossário das Forças Armadas*.

<sup>3</sup> O autor não incluiu nessa tabela a fase final da guerra, quando a intervenção britânica ao lado dos rebeldes etíopes eliminou enfim as pretensões italianas no país (2021, p. 173-175).

<sup>4</sup> O autor afirma que os EUA venceram o confronto militar contra o Vietnã do Norte em 1969, mas perderam a guerra pela capacidade deste de postergar o conflito (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 205). Entretanto, como fenômenos de natureza política – militar apenas pelos meios empregados –, as guerras só terminam de fato com a admissão da derrota ou com a completa destruição do poder político, econômico e militar do inimigo, e não por mera afirmação do lado momentânea e aparentemente vitorioso no campo militar.

<sup>5</sup> O autor deste artigo foi também o tradutor do livro *Como os fracos vencem guerras: uma teoria do conflito assimétrico*, publicado pela BIBLIEx em 2021, e expressa neste trabalho sua opinião crítica sobre a referida obra.

<sup>6</sup> Diante da constatação de que sua teoria não explica o resultado dessa guerra (interação de mesma abordagem com vitória do mais fraco), Arreguín-Toft atribui a derrota russa ao fato, não muito convincente, de o Japão ser uma potência marítima e a Rússia, continental (2021, p. 284). Todavia, além de antecipar para o início do século a condição de potência marítima que o Japão só viria a adquirir inequivocamente depois da Primeira Guerra Mundial, os grandes confrontos da luta, pelo controle da Manchúria e da Coreia, se deram tanto no mar quanto em terra, e o Japão prevaleceu nos dois ambientes.

<sup>7</sup> Em 8 de fevereiro de 1904, numa antecipação de Pearl Harbor, a marinha japonesa atacou de surpresa a frota russa baseada em Port Arthur três horas antes de declarar guerra, danificando seriamente as melhores belonaves russas ali ancoradas.

<sup>8</sup> Conforme Wikipédia.

<sup>9</sup> Atual República Democrática do Congo.

<sup>10</sup> Título original em inglês: *Strategy*.

<sup>11</sup> O general norte-americano David Petraeus inspirou-se na obra de Galula para desenvolver o novo manual de contrainsurreição do Exército dos EUA, publicado em 2006.

<sup>12</sup> Grafia da época.

- <sup>13</sup> Sigla em inglês de contrainsurreição.
- <sup>14</sup> Segundo a teoria, a Alemanha deveria ter vencido no decorrer do último ano da Segunda Guerra Mundial, pois os aliados passaram a realizar bombardeios sistemáticos contra as maiores cidades alemãs, em evidente barbarismo conforme a teoria. Todavia, essa interação de barbarismo contra defesa convencional (os lançamentos de bombas voadoras contra Londres, além de terem sido interrompidos pela ação aliada durante o período, eram localizados e, portanto, não tiveram a escala necessária para afetar a população aliada em sua maioria, o que contraindica uma interação indireta-indireta), não proporcionou a vitória ao lado nitidamente mais fraco na ocasião: a Alemanha. Se praticado em concomitância com a ação convencional, por que o barbarismo configuraria a estratégia sobrepondo-se àquela ação, da qual é apenas uma particularidade?
- <sup>15</sup> Em evidente manifestação de dois pesos e duas medidas, Arreguín-Toft critica os argumentos de outro autor nos seguintes termos: “Segundo meu entendimento, os interesses dos atores são complexos demais para serem redutíveis à fórmula simples de Mack” (2021, p. 45).
- <sup>16</sup> Nessa batalha, um exército de 100.000 etíopes, com quase um terço dele armado de modernos fuzis e dotado de largo estoque de munição, fornecidos anteriormente pela própria Itália, e dispoendo de 28 peças de artilharia, derrotou a força invasora italiana de 17.700 homens (ARREGUÍN-TOFT, 2021, p. 151 e 152).
- <sup>17</sup> Se essa alegação fosse justificada, ela poderia estender-se a britânicos e franceses, que sempre fizeram largo uso de tropas coloniais em suas guerras.
- <sup>18</sup> Há edições modernas em inglês com o título *Counter-insurgency warfare: theory and practice*.